

A. I. Nº - 269133.0510/03-0
AUTUADO - W F ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
AUTUANTES - JOSÉ CÍCERO DE FARIAS BRAGA e MARCO ANTÔNIO VALENTINO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 16.09.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0358-02/03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS DESTINADAS A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias tributáveis, destinadas a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, é devido o imposto por antecipação na entrada no território deste Estado. Comprovada a infração. Adequação do percentual da multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/05/03, exige a antecipação do ICMS no valor de R\$668,92, acrescido da multa de 100%, em razão da constatação da aquisição interestadual de quatro refrigeradores, constantes das notas fiscais nºs: 247007, 247008, 247033 e 247034, por estabelecimento de contribuinte com inscrição estadual cancelada, conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 5 a 34 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 149; 150; 191, c/c os artigos 911 e 913, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, sendo a multa aplicada conforme art. 42, IV, “j”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado, em sua impugnação, às fls. 39 e 40 do PAF, alega que, quando da lavratura do Auto de Infração, já havia solicitado a sua reinclusão de inscrição estadual, na qual consta, expressamente, situação ativo em 30/05/03, sendo deferida desde 06/06/03, conforme documentos às fls. 49 a 51 do PAF. Assim, aduz que retomou, lícitamente, a prática de suas atividades comerciais, não agindo, em momento algum, com dolo ou má fé, nem com intenção de burlar a legislação vigente, pois não existia nenhuma pendência passível de penalidade ou, a ser sanada. Por fim, ressalta que o cancelamento da inscrição foi fulcrado no artigo 171, inciso I, do RICMS, por não ser o contribuinte localizado ou a empresa encontrar-se fechada no ato da vistoria, o que discorda uma vez que se trata de empresa consolidada, legalmente estabelecida há mais de dez anos, tendo logradouro comercial certo e determinado, estando suas atividades vinculadas às normas coletivas do Sindicato dos Comerciários, inclusive quanto ao horário de funcionamento, sendo totalmente errôneo o cancelamento da sua inscrição sob a volátil alegação de não ter sido localizada ou encontrar-se fechada. Assim, requer a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal, às fls. 60 e 61, preposto fiscal ressalta que não assiste razão ao autuado, uma vez que o contribuinte foi intimado para cancelamento em 03/04/03 e, efetivamente, cancelada em 30/04/03, através dos Editais de nºs 09/2003 e 10/2003, publicados no Diário Oficial do Estado, pelo motivo descrito no artigo 171, inciso I, do RICMS, por ficar comprovado que o contribuinte não exerce a atividade no endereço indicado.

Registra que o autuado não procedeu a regularização da sua situação cadastral no prazo legal de vinte dias após a intimação para cancelamento (23/04/03), somente protocolando pedido de reinclusão em 30/05/03, o qual não tem o condão de regularizar a situação cadastral do contribuinte, uma vez que só após análise, o pedido pode ser deferido ou não. Assim, destaca que sua inscrição estadual só foi oficialmente reincluída em 25/06/03, enquanto adquiriu mercadorias em 26 e 27/05/03, conforme documentos às fls. 10 a 17 dos autos, ainda com a inscrição cancelada, e antes mesmo de proceder ao pedido de reinclusão, configurando-se assim a infração, o que foi flagrado comercializando em situação irregular, obrigando-se a recolher antecipadamente o ICMS correspondente, acrescido da multa prevista no artigo 42, inciso IV, alínea "j", da Lei nº 7.014/96.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto em razão da constatação da destinação de mercadorias a contribuinte com inscrição estadual cancelada.

Da análise das peças processuais constata-se que o contribuinte foi notificado, através de editais, da sua situação cadastral irregular, em abril de 2003, vindo solicitar sua reinclusão em 30/05/03, portanto após a realização de operações de compras de mercadorias ocorridas em 26 e 27 de maio de 2003, conforme comprova os documentos fiscais às fls. 10 a 17 dos autos.

Portanto, ficou caracterizada a circulação das mercadorias pelo autuado, o qual se encontrava, à época da ação fiscal, com sua situação cadastral irregular. Nesta condição é devido o recolhimento do imposto por antecipação na entrada no território do Estado da Bahia, por destinar-se a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, nos termos do art. 125, inciso II, alínea "a", combinado com o art. 36, ambos do RICMS, aprovado pelo Dec. nº 6.284/97.

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE, cabendo-lhe a multa de 60%, prevista no art. 42, II, "f", da Lei nº 7.014/96, por não ficar constatada a ação ou a omissão fraudulenta prevista na alínea "j" do inciso IV do citado dispositivo legal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269133.0510/03-0**, lavrado contra **W F ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$668,92**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, "f", da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de setembro de 2003.

FERNANDO A. B. ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR